

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 525.204 - RS (2014/0132384-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : **BERNARDI E BASSO LTDA**  
**ADVOGADO** : **ROGERS ANTONIO CORSO E OUTRO(S) - RS046555**  
**AGRAVADO** : **TRANSPORTES RAFINHA LTDA**  
**ADVOGADO** : **RODRIGO DO NASCIMENTO PETRY E OUTRO(S) - RS042626**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão (e-STJ fls. 313/318) que inadmitiu recurso especial por ausência de prequestionamento e incidência da Súmula n. 83/STJ.

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 207):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE. *FACTORING*. EXCEÇÕES PESSOAIS. TÍTULO DADO EM GARANTIA DE NEGÓCIO NÃO CONCLUÍDO.

Nas operações de *factoring*, o endosso possui a natureza de cessão de crédito, permitindo a oposição de exceções pessoais por parte do emitente do cheque.

Demonstrado pelo embargante que o cheque foi dado em garantia de negócio do endossante que não se concretizou, que ao invés de devolver o cheque, endossou ao *factoring*, deveria o endossatário e demandante comprovar a higidez da causa *debendi*.

Ausente essa prova, a ação monitoria improcede.

O recurso especial (e-STJ fls. 235/274), fundamentado no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da CF, apontou violação do art. 535 do CPC/1973, suscitando negativa de prestação jurisdicional.

Sustentou afronta aos arts. 290, 294 do CC/2002, 17 e 25 da Lei n. 7.357/1985, pois a operação de *factoring* pode ser realizada por endosso do título de crédito – cheque –, o que implica a inoponibilidade das exceções pessoais aos terceiros de boa-fé. No mesmo ponto, suscitou dissídio jurisprudencial.

Alegou afronta ao art. 333, I, do CPC/1973, sob o argumento de que o ônus da prova da regularidade da *causa debendi* seria da recorrida.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 311).

O agravo (e-STJ fls. 322/375) refuta os fundamentos da decisão agravada e alega o cumprimento de todos os requisitos legais para o recebimento do especial.

Não foi apresentada contraminuta (e-STJ fl. 377).

É o relatório.

Decido.

Trata-se, na origem, de embargos à ação monitoria que visa o adimplemento de cheque no valor de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais).

Na espécie, o Tribunal concluiu que: (i) a falta de notificação torna nula a cessão de crédito e (ii) não houve comprovação, por parte da recorrente, da regularidade do negócio jurídico entre o emitente e o endossante, acarretando a extinção da monitoria.

A propósito, o seguinte excerto (e-STJ fls. 210/212):

Assim sendo, ponho-me de acordo com a sentença, proferida pelo juízo de origem, incorporando os seus fundamentos aos do meu voto, assim (fls. 108-10):

[...]

Ocorre que, em se tratando de operação de *factoring*, o endosso possui natureza de cessão civil, e não de transferência cambial, de modo que, configurando cessão de crédito, não se aplicam os princípios da abstração e da inoponibilidade das exceções pessoais, intrínsecos aos títulos de crédito, devendo o mérito da causa ser analisado sob a ótica das normas da cessão de crédito, insculpidas nos arts. 286 a 298 do Código Civil.

Para tanto, o art. 290 do Código Civil estabelece:

[...]

Porém, no caso em apreço, inexistente prova da referida notificação à empresa ré/embargante, tampouco de qualquer escrito público ou particular que noticie sua ciência quanto à cessão, restando afastada a regularidade da cessão de crédito realizada entre a Du Cheese Alimentos Ltda e a empresa autora/embargada.

Portanto, ineficaz a cessão de crédito em relação à empresa ré/embargante, pois não cumprido o disposto no art. 290 do CC.

[...]

Ainda, de acordo com o art. 294 do Código Civil, "o devedor pode opor ao cessionário as exceções que lhe competirem, bem como as que, no momento em que veio a ter conhecimento da cessão, tinha contra o cedente".

Assim, em tais operações, o faturizador assume o risco sobre o recebimento dos valores, o que torna possível a discussão da causa subjacente à emissão das cédulas, assumindo relevância a análise do negócio subjacente à emissão das cédulas e a verificação do alegado descumprimento contratual por parte da beneficiária original.

No ponto, a embargante alega que o negócio que teria justificado a entrega da cédula juntada com a inicial para a DU CHEESE não se realizou, mas que não conseguiu obter a devolução do cheque, pois este já havia sido repassado a terceiro pela referida empresa.

Apesar de tal alegação, a embargada não logrou comprovar que o negócio que teria originado a emissão do cheque foi realizado, ônus que lhe incumbia, face as características desta demanda.

Sobre o tema colaciono os seguintes arestos:

[...]

Portanto, a empresa autor/embargada não se desincumbiu do ônus de provar a regularidade da causa debendi, fazendo necessária a declaração de inexigibilidade do crédito.

Assim, não tendo a empresa autora/embargante feito prova do fato constitutivo do seu direito o acolhimento dos embargos monitórios é medida que se impõe, com a consequente extinção do feito.

Todavia, a eg. Segunda Seção pacificou a divergência sobre a natureza jurídica do ato de transferência do título de crédito nos contratos de *factoring*, definindo que essa modalidade contratual, por si só, não altera a natureza do endosso:

CIVIL E PROCESSUAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE FACTORING. DUPLICATAS PREVIAMENTE ACEITAS. ENDOSSO À FATURIZADORA. CIRCULAÇÃO E ABSTRAÇÃO DO TÍTULO DE CRÉDITO APÓS O ACEITE. OPOSIÇÃO DE EXCEÇÕES PESSOAIS. NÃO CABIMENTO. 1. A duplicata mercantil, apesar de causal no momento da emissão, com o aceite e a circulação adquire abstração e autonomia, desvinculando-se do negócio jurídico subjacente, impedindo a oposição de exceções pessoais a terceiros endossatários de boa-fé, como a ausência ou

a interrupção da prestação de serviços ou a entrega das mercadorias.

**2. Hipótese em que a transmissão das duplicatas à empresa de factoring operou-se por endosso, sem questionamento a respeito da boa-fé da endossatária, portadora do título de crédito, ou a respeito do aceite apostado pelo devedor.**

**3. Aplicação das normas próprias do direito cambiário, relativas ao endosso, ao aceite e à circulação dos títulos, que são estranhas à disciplina da cessão civil de crédito.**

4. Embargos de divergência acolhidos para conhecer e prover o recurso especial. (EREsp 1.439.749/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/11/2018, DJe 6/12/2018.)

Na mesma linha:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE FACTORING. DUPLICATAS PREVIAMENTE ACEITAS. ENDOSSO À FATURIZADORA. CIRCULAÇÃO E ABSTRAÇÃO DO TÍTULO DE CRÉDITO APÓS O ACEITE. OPOSIÇÃO DE EXCEÇÕES PESSOAIS. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTE ESPECÍFICO DA SEGUNDA SEÇÃO. PROVIMENTO DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.

1. Hipótese: Embargos à execução acolhidos a fim de julgar extinta a execução sob fundamento de que a circulação do título de crédito se operou por meio de cessão civil de crédito, admitindo-se a oposição de exceções pessoais. Decisão mantida pela eg. Terceira Turma, em sede agravo regimental.

**2. Mérito: A eg. Segunda Seção, em recente posicionamento (EREsp 1.439.749/RS, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, DJe de 06/12/2018), trilhou o entendimento no sentido de que se a transmissão dos títulos de créditos em favor da empresa de factoring operou-se por endosso, sem questionamento a respeito da boa-fé da endossatária (factoring), ou quanto ao aceite voluntariamente apostado no título, aplicam-se as normas próprias do direito cambiário, sendo incabível a oposição de exceções pessoais à endossatária.**

3. Embargos de divergência conhecidos e providos. (EREsp 1.482.089/PA, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/8/2019, DJe 19/8/2019 – grifei.)

Considerando a prática de endosso, ato tipicamente cambial, a eficácia da transferência não se subordina à notificação do devedor, prevista para os casos de cessão civil de crédito, mas aos preceitos cambiários, no caso, arts. 19 e 20 da Lei n. 7.357/1985.

Além disso, a partir da circulação da cártula incide o princípio da autonomia do título, acarretando entre outros efeitos, a inoponibilidade das exceções pessoais.

Desse modo, irrelevante discutir a origem do débito, pois a transmissão por endosso ao terceiro de boa-fé desvinculou o título de sua causa original.

Prejudicado o recurso especial quanto à violação dos arts. 333, I, e 535 do CPC, pois tratam de temas relativos à *causa debendi*.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo e DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso especial para julgar improcedentes os embargos à monitória e constituir de pleno direito o título executivo judicial (art. 701, § 8º, do CPC/2015).

Custas e honorários pela recorrida, estes fixados em 20% sobre a condenação (art. 20, § 4º, do CPC/1973).

Publique-se e intinem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator